

As Ciências do Homem no Sistema Geral das Ciências e a Psicologia (*)

ARMANDO DE CASTRO (**)

O Problema da elaboração das Ciências do Homem — ou Ciências Sociais visto para nós as duas expressões se equivalerem — não tem sido fácil desde que há pouco mais de dois séculos surgiram as primeiras disciplinas deste ramo do saber científico.

Recusamo-nos, no entanto, em alinhar entre as fontes das dificuldades da sua construção a circunstância de surgirem muito depois das ciências lógico-dedutivas e bastante mais tarde do que as ciências da natureza, pelo menos de algumas destas últimas. De facto, este circunstancialismo não permite no entanto invocar, como tem sido feito quase sistematicamente, a sua juventude visto muitas delas terem inquestionavelmente atingido uma idade bastante razoável.

Foi, porém, dificuldade, só aos poucos superável, esse circunstancialismo histórico pois levou a durante largo período de tempo se tomarem por modelo, primeiro as ciências físicas e depois as disciplinas biológicas no esforço de erecção das diversas ciências sociais.

Desejar-se-ia, aqui, chamar a atenção para o facto da assistirmos como que a um efeito de retorno dessa concepção ultrapassada mas agora, como é natural, a um nível diverso e com uma estrutura conceptual igualmente nova.

Mas, apesar de tudo, os particularismos

próprios das ciências do homem não deixam de se recortar — cremos que nitidamente — no panorama geral do sistema das ciências.

Sublinhar esses particularismos por um lado e, por outro, examinar as concepções que pretendem na actualidade riscar as diferenças que as separam, em particular das ciências da natureza — tal é o escôpo das desprezíveis considerações que se vão seguir.

Entendemos, efectivamente, que tem razão o falecido sociólogo da literatura Lucien Goldmann quando afirma que «a diferença entre as condições de trabalho dos ‘físicos, químicos e fisiologistas’ e as dos sociólogos e historiadores (afirmação que se poderia estender às outras disciplinas) não é de grau mas de natureza» (1).

Basta realmente determo-nos em alguns aspectos deste sub-sistema das ciências para verificarmos a verdade desta distinção.

Em primeiro lugar, porque as actividades sócio-humanas se realizam sempre através de condutas dos individuos que são os actores inevitáveis na concretização dos processos sociais. Eles actuam animados de uma vontade própria, de objectivos que lhes são próprios, de uma capacidade de escolhas, dentro dum condicionalismo geral objectivo que os transcende embora...

(*) Intervenção na Abertura Solene do ano lectivo de 1989/90.

(**) Presidente do Conselho Científico do ISPA.

(1) Na obra «Sciences Humaines et Philosophie — Pour un Structuralisme Génétique», Ed. Gauthier, Paris, 1971, p. 39.

Esta simples circunstância torna particularmente complexo o esforço para ultrapassar o conhecimento corrente neste domínio e chegar a enunciados que o ultrapassem, encontrando feixes de processos que lhes subjazem e que unificam a explicação de séries aparentemente independentes de fenómenos para os quais o conhecimento médio espontâneo não encontra solução.

Exige ainda que esses enunciados sejam sistematizados e concatenados num todo articulado, no qual os menos gerais resultam dos mais gerais, segundo aquilo a que venho chamando a «hierarquia epistemológica dos seres científicos», devidamente delimitados num objecto próprio.

Se a isto juntarmos muitos outros aspectos que seria ocioso estar agora a enunciar sistematicamente, como sucede com o facto de o ser humano-ser-social se não poder despir da sua própria condição afim de examinar e teorizar este tipo de realidade; se recordarmos ainda que essa condição embebe de tal maneira todos os indivíduos, cientistas ou não, tornando-se uma realidade tão sensível como o próprio ar que respiram, o que pode conduzir às «ilusões enganadoras» da vivência imediata dum condição inextirpável e que não pode ser ultrapassada aos poucos pela auto-crítica teórica; se para além de tudo isto — e pondo de lado outros aspectos — a acção das leituras ideológicas tende a ser nas ciências do homem muito mais influente do que nas ciências da natureza, pela própria circunstância de a ideologia constituir um sistema de interpretação do mundo de carácter não-cognitivo em si mesmo resultante da oposição social que se ocupa precisamente na sociedade, se prestarmos atenção a tudo isto (e ainda a muito mais), não é difícil verificar que realmente as ciências do homem não podem deixar de transportar aspectos específicos, os quais parecem aliás gritantes.

Nada disto nega a necessidade que subjaz às actividades sociais e que permite construir categorias e leis que lhe são próprias. Não contou um autor que colocava a interrogação «por que motivo hei-dé comprar um chapéu de chuva por 2.000\$00 quando posso adquirir um copo de cerveja apenas por 30\$00?»(2); esta anedota ilustra-o à sua maneira...

Favorecido, no entanto, porque a sociedade tende a ser uma organização meta-estável, nem por isso deixam de actuar estes condicionalismos específicos.

Sem a estultícia de negar que o saber sobre o homem exige a comparticipação activa dos dados biológicos desde os mais gerais até aos fisiológicos e neurológicos, nós proclamamos no entanto a especificidade da sua conduta global devido à comparticipação do social como ingrediente básico que lhe fornece seus particularismos dentre toda a natureza.

O saber do homem sobre si próprio exige assim uma postura bio-antropo-social e dentro desta cultural, que lhe dá um particularismo inegável.

A despeito de tudo isto tem sido levada a cabo a exploração de novos vectores em resultado, muito particularmente, dos enormes progressos em múltiplos ramos das ciências da natureza, que procuram assinalar denominadores comuns que no entanto — entendemo-lo firmemente — não afectam a concepção que temos acerca das especificidades das ciências do homem.

Com efeito os progressos nas ciências físicas e biológicas trouxeram para a primeira linha da representação dos fenómenos da natureza segundo a qual o acaso, o aleatório, o não necessário, desempenha um papel central desde a Mecânica Quântica e mesmo a Mecânica até à Biologia Molecular e à Bioquímica, sem excluir mesmo o ramo que trata da evolução das espécies.

Na Mecânica Quântica, «pivot» das ciências físicas, são conhecidas as conclusões indeterministas de muitos dos seus enunciados, muito embora haja aqui que distinguir os dados disciplinares reais das leituras filosóficas efectuadas a propósito dos dados que esta disciplina faculta.

Trata-se de um *acaso* que se distingue claramente daquele com que trabalha o conhecimento corrente para o qual é fortuito tudo aquilo que se verifica inesperadamente. No entanto, a objectividade das situações microfísicas aleatórias parece inegável e não no

(2) Citado por Anatol Abragan in R. Thom e outros, «A Filosofia das Ciências Hoje», Lisboa, Ed. Fragmentos, 1988, p. 33.

mero sentido de insuficiência transitória dos nossos conhecimentos, embora uma parcela desses casos tenha tal índole, tanto mais que a distinção entre o casual objectivo e o casual subjectivo por insuficiência cognoscitiva tenha ela própria algo de relativo podendo inclusive conduzir a concepções mecanicistas, sem com isto se negar globalmente os dois tipos de fortuitidade.

É sabido, de facto, que leis como as que se consubstanciam na decadência de partículas nucleares, no princípio chamado da incerteza de Werner Heisenberg e outros, exprimem o casual na natureza pois podemos saber que há transmutações mas não quando elas sucedem, podemos conhecer a posição de um fóton mas então ignoramos a sua velocidade e vice-versa.

É fácil de ver como esta situação teórica pode atrair os espíritos menos prevenidos para um estreito paralelismo com o acaso e a liberdade humanas.

É igualmente bem sabido, que as situações de aleatoriedade na física das partículas quânticas se pôde estender até aos fenómenos macrofísicos da própria mecânica clássica desde que suficientemente aprofundada e muito embora os termos da casualidade se ponham de maneiras diversas aqui e na física quântica. Ao mesmo tempo o aleatório também foi introduzido na Biologia, com os erros de cópia dos ácidos ADN e ARN e na própria concepção evolucionista.

A irredutibilidade do acaso em eventos singulares é, no entanto, ultrapassada pelas leis dos grandes números, pelas leis estocásticas, que permitem introduzir o cálculo das probabilidades para chegar a leis perfeitamente objectivas.

Ora tem sido notado que precisamente o cálculo das probabilidades surgiu primeiro nas ciências do homem, e só no último século foi alargado às ciências da natureza com Boltzmann e outros investigadores.

Não vamos aqui determo-nos na questão crucial dos fundamentos epistemológicos do cálculo das probabilidades que não interessa directamente à análise a que aqui se procede.

Quiz-se unicamente chamar a atenção para um fenómeno comum às ciências da natureza e às ciências do homem que pode contribuir

para assimilar umas a outras numa visão simplista e directa.

Será bastante acentuar que precisamente impugnamos a teoria subjectivista das probabilidades, que tem, aliás, ainda hoje defensores qualificados para ultrapassar essa representação para nós antropomórfica, entender que a questão só é ultrapassável por uma concepção que una a dimensão subjectiva e a dimensão objectiva com particular tónica nas exigências sociais, mesmo para as ciências da natureza. Não se trata de um ecletismo mais ou menos fruste mas de uma visão epistémica que une internamente as duas dimensões.

Isto chama a atenção para o facto de existirem pontes — mas também cursos de água — que unem e separam o social tal como se manifesta nas ciências da natureza e tal como emana das ciências do homem. Na verdade, o que distingue umas das outras é o seu objecto real — e portanto também o seu objecto teórico — pois umas têm em vista construir representações das categorias e relações que reinam na natureza, e, as outras, proceder a tarefa semelhante quanto aos fenómenos humano-sociais. Porque sociais, pela sua origem e pelos seus objectivos últimos, são todas elas sociais.

Se não é nada absurdo elaborar, por exemplo, uma Sociologia da Biologia ou da Física, o mesmo se podendo afirmar a propósito de qualquer disciplina social como a Psicologia ou a Sociologia, a História ou a Linguística, esta realidade não pode conduzir a confusões quanto à sua estrutura cognitiva pois os tipos de fenómenos que umas e outras abordam são perfeitamente distintos exigindo estruturas conceptuais e métodos diferentes uns dos outros. Não podemos negá-lo pelo facto de os fenómenos de acaso e de probabilidade, de possível e de impossível se alargarem também de forma crescente às ciências da natureza. Há um corte transversal na organização epistemológica de umas e de outras, mas ele não passa pela liquidação dessas diferenças por um corte transversal aplicado neste domínio.

Acresce, o que não é de somenos importância, que nenhum dos dois grandes ramos do sistema geral das ciências pode abdicar totalmente das categorias de necessidade, de determinismo. Mesmo na Física Quântica, por exemplo, tem-

-se acentuado que o próprio princípio da incerteza de Heisenberg também contém elementos de necessidade, de resto muito fecundos no desenvolvimento da teorização quântica... Uma teoria física termodinâmica relativamente recente ilustra-o logo nos seus princípios mais gerais ao teorizar a desordem, ao teorizar o caos, utilizando concepções casuais para além de certos limites, como sucede quando de dá uma «bifurcação».

Porém, para além de tudo isto, a análise epistemológica ensina que a própria ampliação extraordinária do acaso nas ciências da natureza não é nem pode ser absoluto, o que demonstra igualmente que existe um certo paralelismo com as ciências do homem, não sendo por esta via que se podem conceber umas pelas outras.

Podemos, a esse respeito, avançar que em nenhum domínio, seja ele qual for, é possível deixar de recorrer à representação de relações determinísticas por mais amplas que sejam aquelas que não têm este carácter, as que são indeterministas. Desde que se ponha de lado — como elemento meramente residual, a velha concepção do determinismo mecânico e linear «à la Pierre Laplace» — podemos compreender que mesmo nas leis estatísticas existe uma forma de determinação.

Por mais que se alargue — como realmente sucede — o espaço do aleatório, ao mesmo tempo esta situação não só é incapaz de suprimir as diferenças conceptuais e metodológicas que autonomizam a problemática das ciências do homem, como até vem reforçar, por analogia ideal, a índole teórica das disciplinas que teorizam as actividades antropológicas e culturais.

O paralelo torna de facto claramente entendível as razões pelas quais a existência de inúmeras situações aleatórias nas actividades humano-sociais não suprime pura e simplesmente — ou melhor, não têm de suspender a existência de laços necessários.

Problema extremamente intrincado para todas as disciplinas, o caminho que aqui se abre para ter em conta esta combinatória da casual com o necessário faz-se não só pela utilização das leis estatísticas dos grandes números, como também por uma organização disciplinar que arrume a estrutura do seu objecto teórico segundo regras internas de concatenação a que

já nos permitimos chamar a «hierarquia epistémica» dos objectos teórico-disciplinares, de forma a que a «casualidade insulada» ocupa pontos marginais e como tais exteriores ao sistema teórico como tal, ao mesmo tempo que se encontrem para cada disciplina, seja a História ou a Psicologia, a Antropologia ou a Sociologia, enfim qualquer ciência social, o lugar que lhe pertence na pirâmide do objecto teórico delimitado.

Como se acaba de verificar, as novas conquistas científicas não significam, nem de perto nem de longe, a ressurreição das velhas teses positivistas que negam a distinção estrutural entre as ciências da natureza e as ciências do homem. Era a partir da concepção ultrapassada de que as ciências não procuravam representar as estruturas causais e outras, mas apenas descrever a regularidade da aparição dos fenómenos, que esta concepção redutora buscava suas bases. Os progressos nas ciências da natureza, combinados com aqueles que se verificam nas ciências do homem, não reintroduzem pela janela semelhante ponto de vista depois de há já muito ter sido expulso pela porta. Foi precisamente também este o ponto de partida para a conhecida afirmação de Auguste Comte, segundo a qual a actividade psicológica não podia ser objecto de tratamento científico visto só ser susceptível de ser notada através das suas manifestações biológicas, o que a tornaria um ramo das disciplinas que tratam desta última actividade.

A Psicologia, benjamim das Ciências, como escreveu Paul Fraise, tem-se desenvolvido espectacularmente nos últimos anos, em particular abrangendo domínios como a Psicologia do Desenvolvimento e a Psicolinguística.

Mas isto não quer dizer naturalmente que, como todas as disciplinas, não enfrente questões epistemológicas além das metodológicas ainda que com as suas especificidades.

É para este primeiro aspecto que desejaria chamar, por fim, a atenção como de facto aqui se erguem problemas complexos que são bem diferentes daqueles que confrontam as ciências da natureza e, também, os que no interior do espaço das ciências do homem lhe são próprios.

Reconstruir as categorias e as leis que regem

a subjectividade humana como processo objectivo, não é realmente tarefa fácil.

Estamos em presença de uma interacção entre o biológico-neurológico e o social que coloca questões intrincadas, para as quais existem simultaneamente os perigos dos reducionismos de variados sinais, desde o biologista ao sociológico.

É frequente procurar-se carpintear o estatuto teórico da Psicologia a partir de caracteres muito gerais, que lhe dão como tais uma especificidade epistémica, ou, então, através de abordagens exclusivamente metodológicas.

Desejar-se-ia chamar aqui a atenção para algumas das regras epistémicas fundamentais, que defendemos e cremos poderem também ser de utilidade no tratamento dos fundamentos científicos da Psicologia com a sua autonomia e a sua especificidade próprias.

É assim que, por exemplo, o psicólogo J.-F. Le Ny, num trabalho publicado embora há pouco menos de vinte anos(3) — um exemplo entre muitos —, começava por afirmar aquilo que a Psicologia não é: não é a Psicologia familiar ou literária nem filosófico-especulativa para de seguida caracterizar a Psicologia científica, depois de sublinhar a necessidade de fazer acompanhar os estudos aplicados de estudos fundamentais. O que caracterizaria a Psicologia científica seriam os seguintes aspectos:

- 1º — necessidade de comprovação através dos esquemas gerais;
- 2º — ser objectiva, o que é muito difícil nos fenómenos humanos;
- 3º — oferecer um amplo grau de generalidade;
- 4º — revelar elevada capacidade de abstracção;
- 5º — oferecer uma matematização crescente;
- 6º — aceitação do determinismo.

A nossa análise epistemológica indica que estão aqui apontadas algumas características do saber teórico em geral, ao mesmo tempo que o último pressuposto, por tudo quanto se disse

(3) In J.-F. Le Ny, G. Vergnaud, B. Muldworf & H. Sella, «Aspectos Sociales de la Psicología Moderna», Madrid, Ed. Ayuso, 1970, pp. 24 e seguintes.

no início desta análise, já não é totalmente correcto.

Julgamos que além das vias e critérios gerais epistémicos que nos dizem quando estamos em frente de uma disciplina científica, existe aqui uma necessidade elementar de abordar a questão da capacidade de «cientifização» do objecto próprio da Psicologia, o que é um dos enunciados básicos que formulamos acerca da estrutura básica do conhecimento, nomeadamente no científico, poderá resolver.

Se é indispensável considerar a autonomia radical da dimensão subjectiva da actividade psíquica, por outro lado tal realidade só é atingível pela circunstância de existir uma unidade inquebrantável entre o subjectivo e o objectivo nas actividades da consciência humana, seja a consciência cognitiva — que é a que nos prende aqui a atenção —, seja a consciência afectiva ou emocional nas suas dimensões estética e ética.

Essa realidade que engloba o subjectivo e o objectivo sem negar nenhum deles, antes afirmando que um condiciona o outro e que se não podem conceber separadamente, é até, em nosso entender, gritantemente confirmado pela moderna ciência psicológica.

Apontando para os particularismos desta disciplina face a quaisquer outras (mesmo as restantes ciências do homem), cremos, por outro lado, que só é possível e funciona epistemicamente pela circunstância de ser uma realidade essa lei epistémica do monismo cognitivo que enunciamos algures.

Ultrapassadas as escolas limitadas da «Gestalt» e do «Behaviorismo» com o seu simplicismo mecanicista, os avanços na teoria básica do psicológico tornaram-se possíveis pelos desenvolvimentos de uma psicologia da conduta. À parte seus métodos próprios, que não curamos aqui de considerar e que constituem objecto de atenção particular dos especialistas, aquilo que se desejaria reter é o facto de a Psicologia científica contemporânea, por um lado assentar também neste monismo epistémico ao mesmo tempo que constitui uma sua comprovação de interesse fundamental. E isto é exacto tanto na perspectiva da sua própria existência como sob a óptica dos seus desenvolvimentos inegáveis dos últimos anos.

Muito embora seja recente institucionalmente,

mesmo em países como a França, onde as licenciaturas datam apenas de 1948, e da viragem dos anos «70» para os «80», entre nós, a sua radicação social tem-se aprofundado de maneira quase explosiva pois em França (país que tomamos para comparação visto em outros como a Alemanha e os Estados Unidos da América essa institucionalização ser bastante anterior) é hoje ensinada em mais de 26 universidades, enquanto no nosso país os cursos já funcionam num punhado de organismos do ensino superior. Se foram as necessidades sociais que levaram à utilização em escala crescente do trabalho profissional do psicólogo (mais de 8.000 em França, na casa talvez próxima dos 2.000 em Portugal), é claro que tudo isso só foi possível devido ao seu desenvolvimento como ferramental teórico e aplicado. As manifestações do psiquismo humano são teorizáveis porque existe uma solidariedade inquebrantável entre a subjectividade humana, quer de raiz bio-fisio-neurológica quer de cariz social, e os processos objectivos em que se apoia, que traduz ou sobre os quais incide; é isto que consideramos, na conduta humana, o grande ariete que permitiu a conquista de um lugar firme no quadro das ciências do homem, bem como seu progresso espectacular.

O que afinal, apontando para o interesse da disciplina epistemológica neste domínio — como aliás nos demais —, carrega dados essenciais ainda para se entender a sua posição no quadro do sub-sistema das ciências do homem. Tudo isto poderá parecer esotérico, sobretudo para os psicólogos aplicados, mas nem por isso deixa de apontar para a medula mais íntima das bases de seu próprio labor.

Esta interpretação à luz dos fundamentos epistémicos de todas as ciências é, portanto, igualmente válida para a Psicologia, onde aliás surge com particular clareza devido à sua própria necessidade de teorização da subjectividade que surge, assim, também aqui ligada intrinsecamente às condicionantes objectivas dos mais variados tipos.

Com efeito, se, consoante escreveu um psicólogo contemporâneo (no caso concreto Paul Fraise), «a personalidade depende de uma herança genética modelada pelo meio em que a criança se desenvolve» não há dúvida de que

mesmo nos aspectos estritamente biológicos a subjectividade psicológica tem — e depende — de uma estrutura concreta e sofre as suas interinfluências mais variadas, sendo que as próprias inter-relações em que se expressa traduzem essa unidade do subjectivo e do objectivo. Mas, além disto, não podemos conceber a actividade psíquica independentemente ainda — às vezes sobretudo — dos condicionalismos impostos pelo meio social que é essencialmente um conjunto de relações entre grupos, entre classes, entre extractos sociais, entre organismos e organizações. Esta dimensão social manifesta-se tanto directa como indirecta e mediatamente. Contam dois autores a anedota de que «um marinheiro estava de noite em casa com a esposa porque a sua viagem tinha sido anulada. A altas horas da noite toca a campainha da porta; a esposa acorda e diz ‘Meu Deus, é o meu marido’, enquanto o marido se lança pela janela do quarto».

Tais reacções possuem inegavelmente uma marca social...

Concluimos, assim, que não só a Psicologia pode receber fecundas indicações da Epistemologia ao mesmo tempo que fornece à teoria do conhecimento científico, por seu turno, não poucas lições para as suas elaborações.

E isto — insiste-se — movendo-nos apenas no campo da estrutura conceptual teórica sem invadir sequer os domínios metodológicos com sua complexidade própria, pois o psicólogo tem de se libertar das concepções resultantes da sua inevitável introspecção inevitável, tantas vezes enganadora.

E para isso haverá que colocar a sua própria consciência entre parentesis.

Tudo isto dá um lugar próprio à psicologia no conjunto das ciências do homem. Esperamos que estas observações, que vão beber sua razão de ser à fundamentação teórica do pensamento científico em geral, possam ajudar também o investigador neste domínio, ele que tem de se desvencilhar a cada passo da rede de determinações em que se entrecruzam as matrizes bio-antropológicas e sócio-culturais.

O que, aliás, não é mais do que um dos sentidos dessa ligação fecunda na qual o epistemólogo aprende essencialmente da

actividade científica disciplinar, tanto no seu vector conceptual como metodológico, sem esquecer que, como escreveu um autor, «A consciência representa somente no seio da *praxis* a ilusão da estabilidade que corresponde à

(nossa) necessidade de absoluto»(4).

(4) Gilles-Gaston Granger, «Pensamento Formal e Ciências do Homem», Lisboa, Ed. Presença, Volume II, 1976, p. 123.